


## ■ As bibliotecas de Brasília: pioneirismo e memória

 *Maria do Socorro Carneiro Sousa Madeira* \*  
*Sidelmar Alves da Silva Kunz* \*\*  
*Sandra Regina Santana Costa* \*\*\*

Recebido em: 10 fev. 2020  
Aprovado em: 21 ago. 2020

**Resumo:** O presente estudo teve por objetivo analisar a origem das bibliotecas públicas de Brasília, abrangendo o período 1958 a 1990. Sabe-se que a biblioteca tem um papel de destaque tanto na vida do cidadão como no processo educativo, uma vez contendo ali várias informações e muitos materiais ofertados para o conhecimento e saber. Neste sentido, como viés metodológico, fez-se uso de pesquisa bibliográfica e documental, sendo que a formação da pesquisa se deu via cruzamento dos dados de fontes jornalísticas, documentos escritos e orais, sem deixar de atentar-se para o cotidiano local, observando a história dos locais analisados e dos frequentadores que ali se fazem ou se faziam partícipes. Observou-se que mesmo a criação da primeira biblioteca pública em Brasília precedeu a inauguração da cidade, e muitas delas sobrevivem até hoje com espaços adaptados e precários, com acervos desatualizados, escassez de verbas para manutenção, e permeada de ações que envolviam, e quase sempre funciona muito em função da insistência e o esforço daqueles que realmente tem conhecimento do valor deste espaço de aquisição do saber. Atualmente o ambiente da biblioteca tem-se constituído via parcerias público-privadas. A nossa defesa é que esse espaço cultural seja valorizado como subsídio para a formação de melhores leitores, como elemento qualificante do patrimônio cultural e propulsor de um processo educacional-social transformador.

**Palavras-chave:** Memória. Biblioteca. Brasília. .

---

\* *Maria do Socorro Carneiro Sousa Madeira* é graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC (1993), pós-graduada em Gestão, Políticas Públicas e Temas Contemporâneos pelo UNITIS/ITO e em Psicopedagogia, pela Universidade Católica de Brasília (2006). Contato: [Isofia26@hotmail.com](mailto:Isofia26@hotmail.com).

\*\* *Sidelmar Alves da Silva Kunz* é licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade do Noroeste de Minas Gerais – FINOM e em Ontologia e Epistemologia pela Faculdade Unyleya, mestre em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB, doutor em Educação pela Universidade de Brasília - UnB. Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Contato: [sidel.gea@gmail.com](mailto:sidel.gea@gmail.com).

\*\*\* *Sandra Regina Santana Costa* é doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília - UnB. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: [sancosta3@gmail.com](mailto:sancosta3@gmail.com).

## Introdução

É sabido que a biblioteca tem um papel de destaque tanto na vida do cidadão como no processo educativo, uma vez que contem ali várias informações e muitos materiais disponíveis ofertados para o conhecimento e saber. Seu objetivo é servir diretamente a todos – especialmente estudantes e leitores – ao contribuir ativamente com o viés educacional, disponibilizando “o material necessário para o enriquecimento do programa escolar, habilitando-os a utilizar os livros e desenvolver a capacidade de pesquisa, além de sustentar os programas de ensino” (PERUCCHI, 1999, p. 80).

Neste sentido, o presente estudo teve por objetivo analisar a origem das bibliotecas públicas de Brasília, abrangendo o período 1958 a 1990. Destarte, foram analisadas as bibliotecas que mais se destacam no Distrito Federal e que, de uma maneira ou outra, influenciaram na formação educacional e cultural da referida localidade.

Quando do início da pesquisa sobre as bibliotecas existentes na capital federal, têm-se os dados da primeira biblioteca pública da cidade, fundada em 1958, antes da inauguração e encerrada em 1961, após o despejo de seu acervo – uma parte veio a formar a coleção inicial da biblioteca da Fundação Cultural, sendo, então, a Biblioteca Visconde de Porto Seguro a procedência mais remota da Biblioteca de Artes de Brasília Ethel de Oliveira Dornas.

Percebendo-se que as dificuldades enfrentadas neste acontecimento eram semelhantes àquelas existentes em outras bibliotecas públicas de Brasília, seria necessário a busca pelo melhor entendimento desta situação de insuficiência, esquecimento e descaso governamental, uma vez que surge o seguinte questionamento: por que ainda existe pouco incentivo para o desenvolvimento e a formação de bibliotecas e/ou acervos específicos acessíveis ao público em Brasília?

Na busca pela resposta referente ao problema de pesquisa apresentado anteriormente, atentou-se para o cotidiano local, observando a história dos locais analisados e dos frequentadores que ali se fazem partícipes.

Na história da humanidade, os livros sempre foram um importante instrumento de formação cultural e cidadã. De forma específica, em muitas localidades nas mais variadas regiões do planeta, existem bibliotecas temáticas ou de âmbito geral acessível ao público. Na capital federal do Brasil, por exemplo, tem-se a Biblioteca de Artes de Brasília. Sendo uma biblioteca temática, faz-se importante o conhecimento de como esta e outras bibliotecas se originaram na referida cidade, uma vez que alguém ou algum tipo de necessidade ou ação acabou por motivar a constituição do referido local de aquisição do saber.

Assim, a pesquisa em questão, além de evidenciar acima o objetivo central do estudo, teve como objetivos específicos:

- constituir uma referência literária sobre as bibliotecas pioneiras de Brasília;
- instigar a preservação da história da cidade; e
- questionar a falta de recursos para a área da Biblioteca nos ambientes concernentes administrados pelo Distrito Federal.

A investigação foi conduzida por meio da análise bibliográfica e documental (sobretudo publicações jornalísticas e documentos escritos) como forma de aproximação com a realidade de modo a obter informações relevantes para o objeto dessa investigação, a saber: as bibliotecas de Brasília.

O presente estudo destacou os seguintes momentos principais: a biblioteca pública, de modo geral; a biblioteca pioneira e esquecida de Brasília: a Biblioteca Visconde de Porto Seguro; as bibliotecas das décadas subsequentes à fundação da capital federal; e, a história e importância das primeiras bibliotecas em relação àquelas hoje existentes.

A história da constituição das bibliotecas públicas em todo país, sem dúvida, é permeada de dificuldades e desafios. Neste sentido, tem-se o presente estudo justificado pela busca ao entendimento da situação de insuficiência, de certo descaso, no plano governamental, que resulta em graves dificuldades para as bibliotecas, sobretudo na capital federal brasileira.

E ainda, vale destacar que sendo a biblioteca um recurso indispensável para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de todo cidadão, ela não pode ser alienada do processo cultural, educativo e tantos outros sem que o bibliotecário, o professor, o aluno ou outro tipo de responsável saiam prejudicados. O próprio conhecimento sobre as primeiras bibliotecas criadas na capital federal do Brasil contribuíram para o enriquecimento cultural e para a formação de uma visão crítica sobre este importante instrumento para a população local.

## Biblioteca pública: conceito espaço e vieses

A biblioteca pública como equipamento público cultural tem por norte o acesso à informação e a produção de conhecimento. Tal condição foi estabelecida

[...] a partir das configurações sociotécnicas que emergiram nas últimas décadas do século XX, marcadas, principalmente, pelas tecnologias, mas, também, pela condição de vida e trabalho da sociedade na atualidade, pautada na flexibilidade, rapidez e eficiência nos processos organizacionais (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 115).

A instituição biblioteca pública e os profissionais que atuam estão imersos em convocação constante em prol do diálogo junto às práticas de sociabilidade emergidas das novas configurações sociotécnicas, bem como das práticas sociais vigentes.

Segundo Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 116), muitos processos sóciohistóricos envolvidos na biblioteca pública culminaram na formação de “memória, preservação e fomento da cultura; organização e disponibilização dos registros do conhecimento; acesso e produção de conhecimento; difusão da informação à comunidade; dentre outros”.

Entendida como instituição social, uma vez que serve a propósitos sociais (cultura, educação, informação, lazer etc.), o senso comum brasileiro ainda reduz a função social da biblioteca pública a um espaço de armazenamento de obras, acesso à leitura e à pesquisa escolar. Assim, é preciso constantemente discutir e entendê-la “como um espaço público e, os profissionais que nela atuam, como agentes políticos colabora para reposicionar este tipo de equipamento cultural no cenário nacional” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 116).

O conceito em torno da biblioteca pública se dá, em grande parte, nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em meio às conformações sócio-históricas (BERGER; LUCKMAN, 1979).

As primeiras pesquisas sobre seu conceito advêm de Plátão e de Aristóteles. Neste sentido, as reflexões e os debates acadêmicos ainda são incipientes (HJORLAND, 2009), pois, segundo Abbagnano (2007, p. 166), entende-se por conceito “todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a apreensão dos objetos cognoscíveis”. E para a efetivação de tais processos, os conceitos refletem construções lógicas comumente estabelecidas com um quadro de referências que adquire seu significado dentro do esquema de pensamento onde são colocados (MARTINS; REIS, 2013).

Nos séculos XIX e XX os conceitos de biblioteca e de biblioteca pública estavam associados a um conjunto de mudanças sociais que proporcionaram adaptações aos contextos sociais da época (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014). Em um olhar para as bibliotecas públicas na contemporaneidade é possível encontrar rastros, em alguns casos e, permanências, em outros, das funções atribuídas às mesmas no século XX. Mas, é preciso reconhecer outras funções que lhes são atribuídas na sociedade atual. Sobre a questão, Medeiros (2010), por exemplo, observa a biblioteca pública como espaço de construção da cidadania. Já Silveira e Reis (2011) tratam as bibliotecas públicas como espaço de práticas culturais, evocando os lugares de memória. E Rasteli e Cavalcante (2013) apontam o lugar de mediação da leitura. Entendemos que a biblioteca é o espaço cultural em sua primazia e serve de fundamento para a construção de possibilidades de melhorias das condições de vida da população, bem como pode colaborar para a justiça social quando é capaz de proporcionar a apropriação de conhecimentos por parte daqueles que mais necessitam e podem se beneficiar dele.

Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 118) atentam que a concepção de biblioteca pública na Academia observa a

[...] questão da construção de sociabilidade e de acesso à informação, particularmente a partir da segunda metade do século XX, em que as bibliotecas, até então pautadas pelo paradigma da posse, passaram a se estruturar, a partir de uma narrativa pautada nas transformações socio-técnicas vigentes – o chamado paradigma do acesso.

Neste ínterim, Latour (apud BARATIN; JACOB, 2008) pensa a biblioteca pública como um espaço público, identificando-a como um “centro de cálculo”, afastando em definitivo a ideia de um lugar isolado e trazendo a tona a ideia de um lugar onde circulam matérias que se transformam em signos.

No âmbito acadêmico, é preciso destacar o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas foi um verdadeiro marco regulatório porque depositou a confiança nas bibliotecas públicas como fonte importante para a cultura, a educação e a informação de qualidade, mas, a biblioteca pública também pode ser caracterizada pelas suas relações entre o Estado e a sociedade civil; entre a propriedade e o regime jurídico público (bibliotecas públicas estaduais e municipais) (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014).

E quando do princípio de separação entre o público e o privado, é normal que a política cultural vigente defenda a

biblioteca pública em serviço que pode ser vendido e comprado no mercado. Assim, o termo “público” aplicado às bibliotecas também pode ser entendido como um espaço institucional e delimitado ao Estado, para outro bem mais fluido, a partir de ações coletivas e cotidianas (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 118).

No que tange à informação e ao conhecimento, o termo “público” tem sua evidência quando da afirmação onde todos têm direito ao acesso a tais aspectos, devendo tratá-los com respeito e colaborando para sua preservação, ampliação, difusão e produção. E sendo o entrelaçamento da relação Estado-sociedade e de um processo coletivo de fortalecimento da noção de cidadania (KEINERT, 2000), a biblioteca pública não se restringe à instituição estatal, mas são “espaços públicos de cultura e educação e são criadas e mantidas por pessoas, coletivos ou instituições privadas, sem fins lucrativos, comprometidas com suas comunidades” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119). Observa-se que em Brasília, atualmente, o ambiente de biblioteca tem-se constituído via parcerias público-privadas.

De fato, pensar a biblioteca pública no contexto social é considerar todos os elementos constituintes de uma configuração social, política, econômica e cultural, que possibilita uma reflexão dos processos referentes à formação da biblioteca em si, observando sua missão, função, organização e administração.

Desde a década de 1970, tem-se a preocupação com o usuário que adentra em uma biblioteca pública, além das pesquisas e dos estudos ali possibilitados. Porém, foi na década de 1980 que a Academia passou a se preocupar com a circulação da informação.

Neste sentido, acredita-se que “a biblioteca deve ser o alicerce do processo ensino aprendizagem. Os intelectuais acreditam que deve ser um espaço rico em literatura de ficção. O trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas do cotidiano” (SUAIDEN, 2000, p. 57).

A biblioteca pública, em seu sentido mais singelo de atuação,

[...] livre, aberta, democrática, socializadora, que ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória investe na construção do conhecimento e soma esforços para que transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que, em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 34).

O reconhecimento do caráter público e comum como alma essencial da biblioteca pública fortalece o entendimento de que “o estreitamento da relação com a comunidade é fator essencial para o desempenho das funções da biblioteca pública”, ampliando as “possibilidades de acesso à informação e de geração e transmissão de conhecimento” (BIBLIOTECA PÚBLICA, 2010, p. 103). Tal reconhecimento facilita sua atuação no âmbito social e garante, de modo compreensível, um lugar de interação entre a informação e o conhecimento por parte de todos aqueles que formam a comunidade.

Sobre a questão da missão da biblioteca pública em um país de dimensões continentais e acentuadas desigualdades educacionais e sociais marcantes como o Brasil, Miranda (1978) assevera que a biblioteca é um fenômeno histórico que se torna capaz de assumir distintos matizes e influências na sociedade. Cada biblioteca tem a sua face em sintonia com a sua

comunidade e pode apresentar possibilidades de fortalecimento para a circulação do pensamento e o consequente fortalecimento da democracia.

### As primeiras bibliotecas de Brasília

Uma biblioteca representa a preservação da memória e dos vestígios do ser humano, suas criações e reflexões, a possibilidade de acesso ao passado, e ao presente registrado quase simultaneamente na atualidade. Ela tem por costume prestar serviços voltados para a educação continuada e o saber em geral, com base em materiais de todos os assuntos e interesses, incentivando, conseqüentemente, o hábito da leitura.

Muitas vezes, segundo Perucchi (1999, p. 94), a biblioteca “[...] encontra diversos entraves para sua criação e funcionamento satisfatório”. Neste sentido, a formação de uma narrativa sobre a trajetória da biblioteca pública em seus primórdios na cidade de Brasília implica no confronto com o silenciamento ou falta de divulgação de informações acerca da memória da Biblioteca Visconde de Porto Seguro – a primeira da cidade.

Buscando compor um quadro articulado da origem da biblioteca pública em Brasília é imprescindível citar o marco inicial do percurso de sua memória. Registrado no texto do projeto urbanístico vencedor do concurso instituído para a construção da nova capital brasileira, permaneceu por um longo período restrito à condição de mero documento em uma sucessão de estudos, legislação, reivindicações de setores da sociedade traduzidos em manifestos, até a sua concretude em 2006.

A primeira referência a uma biblioteca em Brasília, fruto da visão do arquiteto Lúcio Costa, em 1957, dispõe a biblioteca em um local de certo destaque junto aos palácios dos três poderes da república.

[...] ao longo dessa esplanada - o Mall, dos ingleses -, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em sequência - todos com área privativa de estacionamento -, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho ao setor cultural, tratado à maneira de parque por melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc (MAYOCK apud BAUR; BAUR, 2007, p. 195-196).

A especificação do tipo de biblioteca a ser construída na Esplanada dos Ministérios veio somente por meio de lei federal, em 1964, referente à reestruturação administrativa do Distrito Federal, que assim a qualifica:

Art. 17. O prefeito confirmará a condição de órgãos relativamente autônomos, na forma do Art. 12, entre outros, ao Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAE), ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU); à Loteria de Brasília (LOB); ao Teatro Nacional de Brasília (TNB), ao Instituto de Educação do Excepcional (IEE) e à Biblioteca Pública de Brasília (BPB) (BRASIL, 1964).

Contudo, preexistindo à inauguração da capital e mesmo destituída do título formalizado, legal, amparado em lei,

vivia-se o afã da edificação de uma cidade. Então, deu-se a criação, em 1958, de uma biblioteca pública denominada Biblioteca e Discoteca Visconde de Porto Seguro, em homenagem “ao historiador e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, perseverante pesquisador de documentos de bibliotecas, que foi também sertanista e que, em diversos trabalhos, defendeu a interiorização” (BIBLIOTECA, 1959). Inicialmente, a referida biblioteca funcionou na VELHACAP, onde teve uma sala localizada na Companhia Urbanizadora de Brasília (NOVACAP), dotada da infraestrutura necessária para o funcionamento e produção de material impresso (REZENDE, 2012).

E em 1959, houve a transferência para W3 Sul (DUARTE, 1983). Na ocasião, o médico Ernesto Silva (1999), pioneiro e historiador, um dos dirigentes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), nos primeiros anos da construção de Brasília, foi um participante ativo na instalação da primeira biblioteca (SILVA, 1999).

Para Duarte (1983, p. 57), o artista Félix Barrenechea protagonizou “possivelmente, o primeiro acontecimento ligado à arte no território da futura capital” com sua vinda a convite de Israel Pinheiro para fazer em Brasília o Centro Cultural que ele imaginava construir no Peru (sua terra natal), e ao se hospedar no Catetinho.

[...] como havia trazido meus apetrechos de pintura, saí andando pelo cerrado vazio encontrei uma cascatinha, resolvi reproduzi-la num quadro. Depois, com barro que havia perto do Catetinho, fiz uma escultura... e ainda um croqui do perfil de Israel Pinheiro, a carvão numa porta do Catetinho [...], pintei depois disso, no apartamento de Israel Pinheiro em Copacabana, o seu retrato. (Félix Barrenechea, 11.08.81) (DUARTE, 1983, p. 57).

Outras atividades demonstram que o escopo de atuação da biblioteca não se limitava às funções de coleta, preservação e difusão do acervo, mas abrangia a ação cultural, materializada na criação da Instituição Brasília Arte Cultura (BAC) “como parte integrante das atividades de expansão cultural da biblioteca e a mesma filiada” (BRASÍLIA, s. d.).

Considerando que a cidade ainda estava em construção, a Biblioteca Visconde de Porto Seguro apresentava estrutura e organização admiráveis, conjugando um acervo rico e um funcionamento dinâmico, como sala de leitura e empréstimo a domicílio, com a realização de cursos, exposição, uma efetiva prática de disseminação da informação artística em um espaço de interação social (DUARTE, 1983).

Entretanto, tal fato não impediu a interrupção da biblioteca pioneira na capital, conforme se segue:

[...] No dia 10 de junho, de 1961, após a mudança de governo, a NOVACAP destinou a casa onde funcionava a biblioteca a alguém, que pressionou e exigiu a casa. Eu estava internada num hospital, pois foi o dia em que minha filha nasceu... um caminhão da Divisão de Obras retirou os livros e simplesmente os jogou no meio da rua, na parte interna da quadra. Ali, a Biblioteca foi desocupada. Acabou, sem ordem judicial, sem inquérito, sem despacho, sem carimbo, sem nada... Talvez por ordem da NOVACAP, uma parte dos livros – eram cerca de 6000 – foi recolhida e colocada nos fundos de uma daquelas instalações da companhia de eletricidade... ainda fui lá ver. Depois uma parte foi

para escola parque... A NOVACAP me devolveu à minha repartição de origem, em Belo Horizonte, de onde fui requisitada para trabalhar no Palácio do Planalto (Lola Barrenechea, 19.08.81) (DUARTE, 1983, p. 57).

Ao passo que em um memorando oficial da extinta Fundação Cultural do Distrito Federal, encontra-se a destinação dos livros após o despejo da biblioteca Visconde de Porto Seguro quando:

[...] seu acervo foi doado à Fundação Cultural do Distrito Federal, que não teve local apropriado para ela. Daí irem os livros para um porão da CRS 508 sul onde começou haver o extravio do acervo, sendo que a Escola Parque da SQS 307/308 ficou com a maior parte e a Fundação Cultural, depois da decisão de comissão criada pela Prefeitura do Distrito Federal, recebeu 1383 livros. DOCUMENTO 1 – Tombamento da Biblioteca em sua maioria coleções como a “Brasileira”, “História da Companhia de Jesus no Brasil”; “Documentos Brasileiros”, “Machado de Assis”, “Graciliano Ramos”, etc. incompletos. (sic) (FUNDAÇÃO, 1986).

Assim, a coleção inicial da primeira biblioteca pública brasileira foi desmembrada e bifurcada, dando origem as bibliotecas das escolas parque da Cidade. Duarte (1983, p. 95) destaca que “em 1961, foi recebido parte do acervo da extinta Biblioteca Visconde de Porto Seguro” e a biblioteca da Fundação Cultural do Distrito Federal que,

[...] foi instalada em 1962, com um acervo doado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), constituída de uma parte da Biblioteca Pública Visconde de Porto Seguro de Brasília, em seu tempo de pioneirismo (DUARTE, 1983, p. 95).

No período de construção de Brasília existiram duas bibliotecas públicas: a Biblioteca e Discoteca Visconde de Porto Seguro, fundada na VELHACAP – no Núcleo Bandeirante – e posteriormente transferida para a W3 Sul, e a Biblioteca Popular de Brasília – criada e estabelecida também no Núcleo Bandeirante – com sua origem vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC).

Quando a Biblioteca Visconde de Porto Seguro tem o seu acervo posto na rua, a Escola de Artes que funcionava no mesmo espaço físico (as casas geminadas da W3 Sul) também é extinta e seus instrumentos encontram o mesmo local de destino. A escola pioneira no ensino de artes plásticas na nova capital já havia desenvolvido atividades relevantes como a primeira exposição de pintura, cerâmica e escultura modernas em Brasília.

A grosso modo, a breve realidade de uma biblioteca pública em Brasília significou a concreta ausência, por quase uma década, de uma instituição do gênero na cidade criada com o propósito de atender ao público em geral. Algumas iniciativas vieram responder à demanda por informação, nos anos seguintes, pois Brasília crescia, funcionários estavam sendo transferidos em busca do sonho e/ou da “dobradinha”<sup>1</sup>.

Uma das primeiras iniciativas, após a extinção da Biblioteca Visconde de Porto Seguro, resultou na criação de uma pequena biblioteca, em 1963, na galeria do Hotel Nacional, a Agência nº 1 do Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), que oferecia, “consulta ao acervo e empréstimos de livros” e foi ponto de encontro de intelectuais da época (SOUZA, 2006, p. 1).

Talvez uma das mais relevantes iniciativas no período, por se aproximar do objetivo de uma biblioteca pública, tenha sido

a das bibliotecas setoriais da 108/308 e 104/304 Sul, gestadas sob o pensamento educacional de Anísio Teixeira, um dos mentores do Plano Educacional de Brasília. Com isso, ampliava-se o acesso da comunidade aos seus acervos, em princípio pensadas como suportes às atividades escolares funcionou desde então como uma espécie de biblioteca pública.

Segundo Duarte (1983, p. 100), “os prédios onde deveriam funcionar as bibliotecas das entrequadras 108/308 e 104/304 Sul foram entregues à Fundação Educacional do Distrito Federal pela NOVACAP no final de 1966”.

No final dos anos 1960, o Instituto Nacional do Livro (INL), para promover a biblioteca e a leitura,

[...] desenvolveu dois projetos. Um deles foi o das minibibliotecas, implantado na cidade do Rio de Janeiro, e depois estendido a Brasília e a Natal. Pequenos carros eram adaptados para transporte, exposição e empréstimo de livros para leitura no próprio local (por um período de três horas). Obedecendo a programação prévia, circulavam de terça-feira a sábado nas praças públicas e jardins e no domingo nas praias. Os criadores do projeto acreditavam que a presença das minibibliotecas em lugares inesperados da cidade, causaria surpresa e motivaria a população a utilizá-las (OLIVEIRA, 1994, p. 101).

Um dos locais onde estes pequenos carros estacionavam em Brasília, em 1968, era em frente à escola classe da 405/406 Norte. Tratava-se de um pequeno ônibus de listras azuis e amarelas equipado com estantes, mesas, cadeiras e livros no espaço interno, que funcionava como uma biblioteca ambulante, um carro-biblioteca. Somente em 1970, Brasília abrigou outra biblioteca pública.

Após a extinção da pioneira Biblioteca e Discoteca Visconde de Porto Seguro, tem-se como relevante a biblioteca do INL, que ocupou o prédio do restaurante do Grupo de

Trabalho de Brasília (GTB), “construído em tempo recorde” (GARCEZ, 2000, p. 12).

Mas, com o golpe militar de 1964 e a instalação de um regime de exceção:

Os ânimos se exaltam, as conversas tornam-se mais inflamadas, há um clima tenso no ar. É preciso articular, é preciso conversar, convencer, estudar as possibilidades. Todos ao restaurante do GTB para confabular. Inútil, o restaurante já não é o mesmo. Sob a mira da repressão, torna-se silencioso, vazio, decadente. Fechado para reformas [...] 1965. É preciso desativá-lo, é preciso impedir reuniões, evitar conspirações. As reformas se arrastam no esquecimento. 1965, 1966, 1967, 1968... Tapumes, poeira, degradação, abandono (GARCEZ, 2000, p. 13).

No período entre 1965 e 1967, a concessão do restaurante é contestada pelos militares e o prédio é retomado. Em 1968, o prédio é reformado “para nele funcionar a Unidade Cultural de Brasília, por iniciativa do general Umberto Peregrino, diretor do Instituto Nacional do Livro” (GARCEZ, 2000, p. 15). Aqui é preciso observar o contexto de criação da Biblioteca Demonstrativa do INL no campo cultural, mas especificamente, da política cultural para as bibliotecas públicas nos anos 1960, pois, sob um estado militar, ditatorial, orientado pela ideologia da segurança nacional e do desenvolvimento, a política cultural não ficaria sob a guarda da influência militar (OLIVEIRA, 1994).

Uma comissão de intelectuais, presidida pelo general Umberto Peregrino, formada por nomes em sua maioria relevantes no campo literário, elaborou o Diagnóstico Preliminar da Cultura, que identificou os problemas das bibliotecas públicas na década de 1960, a saber:

- acervos estáticos e desatualizados, formados, em geral, por doações de particulares;
- localização inadequada e instalações deficientes, contribuindo para a queda do padrão de serviços;
- deficiências de pessoal, de meios de conservação do acervo, de aparelhagem técnica, de serviços complementares (publicação de catálogos, publicações eruditas e literárias) e de atendimento ao público;
- precariedade de comunicação com serviços similares e de instrumentos que facilitassem a cooperação entre eles (OLIVEIRA, 1994, p. 89).

Com exceção do último parágrafo, o trecho anteriormente destacado poderia descrever perfeitamente a situação da maioria das bibliotecas públicas atuais em Brasília. E em meio aos pareceres sobre a situação das bibliotecas da capital federal no início da fundação da cidade e após o golpe de Estado supracitado, foi inaugurada em 20 de novembro de 1970, a Biblioteca Demonstrativa do INL. A cidade recebeu uma biblioteca pública que, embora tenha sido pensada como exemplo para as bibliotecas conveniadas e registradas no referido Instituto, tornou-se a única biblioteca pública de Brasília durante vinte anos (OLIVEIRA, 1994).

De fato, no imaginário da cidade, ao se tratar de biblioteca pública em Brasília, muitas pessoas associam a questão à Biblioteca Demonstrativa. Afinal, a sua permanência na história brasiliense está marcada e arraigada na memória de, pelo menos, duas gerações de moradores da capital. Tal fato pode ser creditado a uma programação variada que extrapola a visão tradicional de espaço silencioso e preservacionista do conhecimento. Efetivamente, é uma instituição também disseminadora de informação em seus diversos suportes e um espaço de intercâmbio social e artístico. Algumas atividades desenvolvidas como o grupo de atualização da mulher, as apresentações musicais, os concursos literários envolvem outros segmentos da comunidade.

A terceira biblioteca pública em Brasília, a Biblioteca Pública de Brasília (BPP) – foi criada vinte anos após a reforma do GTB e sua ocupação pela Biblioteca Demonstrativa do INL. Vinculada ao Governo do Distrito Federal (GDF), representou a culminância de uma longa trajetória de reivindicações empreendidas por vários segmentos da sociedade, de estabelecimento de documentos legais e estudos sobre a criação de uma biblioteca pública na capital (BRASIL, 1962).

Um dos estudos mais proeminentes acerca da implantação de uma biblioteca pública na cidade surgiu do diagnóstico amplo, denso e minucioso elaborado pelo consultor Hipotético Escolar Sobriño, da *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), em 1968, que segundo Tarapanoff (1985, p. 197), tinha “[...] a dupla missão de avaliar a situação atual e recomendar linhas de ação para o desenvolvimento de bibliotecas no Brasil; e elaborar o projeto piloto da Biblioteca de Brasília”.

Escolar Sobriño (1969) ressaltou o fato de que: “Brasília, como capital da União, deve ter uma biblioteca de acordo com sua importância, e esta biblioteca não pode ser a Biblioteca Nacional que se localiza, muito bem, no Rio de Janeiro” (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 32). Aquele consultor analisou ainda o contexto socioeconômico de Brasília, os denominados equipamentos culturais, a composição dos serviços bibliotecários (quantidade e tipos de bibliotecas e existentes na cidade), e discriminou até mesmo como deveria ser o projeto arquitetônico da futura biblioteca, em termos de disposição espacial dos seus diversos setores. Defendia em seu projeto a criação de um sistema de bibliotecas, tendo a Biblioteca Pública de Brasília a posição centralizadora, matriz, das demais bibliotecas; pois entendia “que obrigar um leitor necessitado a deslocar-se perdendo tempo e dinheiro é uma injustiça e um mal serviço” (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 33).

Assim, tal biblioteca deveria localizar-se entre a Torre e a Praça da Prefeitura (a Praça do Buriti); e as sucursais, “situadas nos lugares onde haja densidade dos leitores”; estaria subordinada a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal (DF), sujeita a sua supervisão e controle (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 33).

Quanto à organização do acervo, não se limitaria aos suportes tradicionais da informação (livros, periódicos, mapas e gravuras); formar-se-ia também pela inclusão dos meios audiovisuais e com as máquinas mais modernas. Enfim, para uma cidade moderna, uma biblioteca à altura de seu *status*.

No projeto de Escolar Sobriño (1969) para a biblioteca-piloto, contemplam-se uma cinemateca e uma fonoteca (discoteca) que abarcaria, além da constituição de um acervo de filmes, fitas e discos em recintos próprios destinados a exibição e audição dos diversos itens, a geração de diapositivos para complementar os livros de texto e para constituir o arquivo gráfico nacional.

Um aspecto interessante que sobressai desse estudo é o da documentação da realidade brasiliense, pois os dispositivos serviriam “[...] para arquivar e inventariar a flora, a fauna, a arqueologia, a mineralogia o folclore, a arte em geral [...]” da região de Brasília (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 35). Mas o diagnóstico permaneceu no papel, sendo mais um documento irrealizado.

Em 1975, quando da realização do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, entre 21 a 25 de Julho, ocorreu a apresentação de uma “Proposta para criação de um sistema nacional de Bibliotecas Públicas”, elaborado por um grupo de trabalho da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, sob a coordenação do professor Agenor Briquet de Lemos (TAPARANOFF, 1985, p. 198). Visava a organização, pela União, os Estados e o Distrito Federal, de um sistema de bibliotecas públicas.

Embora tenha sido aprovada e iniciada a sua implantação em alguns estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do norte e também o Distrito Federal), segundo Tarapanoff (1985, p. 198-199), “[...] uma vez mais não foi possível concretizar a intenção em ação”, em função dos interesses políticos e econômicos que divergiam dos propósitos culturais.

Em 1980, vivia-se um questionamento gerado na Universidade de Brasília (UnB), por um grupo de alunos sobre os rumos de sua vida cultural, posteriormente as reuniões realizadas ali foram transferidas para o Serviço Social do Comércio (SESC), da

913 sul. Impregnados pela mentalidade de que a comunidade, o povo, deveria ser um partícipe das ações culturais criou-se o CUCA, um coletivo cultural, “[...] aberto a artistas, entidades culturais e todos os interessados na dinamização da vida artística cultural de Brasília” (DUARTE, 1983, p. 137).

O Movimento Candango de Dinamização Cultural (CUCA) emerge em uma época de efervescente discussão sobre a cultura em Brasília, no momento em que as suas jovens cabeças pensantes começam a refletir acerca do fazer arte e cultura, do viver desse ofício na capital, de criar visibilidade ao que era produzido aqui, pelas pessoas residentes na cidade. O referido movimento promoveu a articulação de setores da sociedade diretamente envolvidos com o campo cultural, extrapolando a ação do grupo profissional dos bibliotecários na defesa da instalação de uma biblioteca pública na cidade.

Em 1985, segundo Tarapanoff (1985, p. 194), estava em curso uma campanha em prol da Biblioteca Pública Já! promovida pela classe bibliotecária. Visitas foram efetuadas a vários governadores pela Associação dos Bibliotecários, pelos professores do curso de Biblioteconomia da UnB e membros dos Conselhos Regional e Federal, visando convencê-los da necessidade da biblioteca pública.

Finalmente, em 12 de março de 1990, a Biblioteca Pública de Brasília (BPB), tanto tempo almejada, foi criada, atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade por meio de abaixo assinado contendo mais de cem mil assinaturas (ALMEIDA, 2002).

Ao final da década, em 1999, verificou-se o crescimento do acervo da biblioteca (60.000 exemplares) e a persistência da escassez de recursos de pessoal e financeiro, da desatualização do acervo e da insuficiência de equipamentos.

Em pelo menos duas gestões, ao longo da última década, alguns projetos arquitetônicos foram apresentados à Secretaria de Cultura local para a construção do prédio definitivo, mas esbarram sempre na reiterada indisponibilidade de recursos destinados para tal finalidade.

Ao lado da Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB), a BPB representa a garantia de mais um serviço informativo público e, mesmo ainda funcionando em condições precárias, mantém a disseminação do saber e da cultura na capital federal.

Assim, o processo de elaboração de uma história da biblioteca pública na capital federal – ainda que incipiente e parcial – revela a frágil preservação da memória cultural local, embora Brasília ainda tenha menos de 100 anos.

### **A importância da memória: a biblioteca pública na nova capital federal**

As bibliotecas públicas supracitadas, em momentos temporais distintos, estabeleceram-se na capital federal deixando seus rasgos de existência na memória local, individual e coletiva da sociedade brasiliense.

A primeira biblioteca, a biblioteca Visconde de Porto Seguro, praticamente desconhecida atualmente, porque silenciada a sua curta história, representou um importante espaço de interação social, cuja memória sobrevive por meio de registros em algumas poucas obras e textos jornalísticos.

Constituiu um caso de desvelamento de memórias subterrâneas, vergonhosas, em vista da forma como foi extinta a

biblioteca e de sua relevância como serviço público. São subterrâneas porquê permaneceram longo tempo invisíveis, indizíveis, discursos não-ditos, silenciosos. Vergonhosas, posto que na hierarquia cultural a instituição memória, como bem cultural, ocupa uma posição de prestígio, está imbuída de um poder simbólico, sendo reconhecida positivamente pela sociedade.

Uma prática arbitrária como a do despejo da biblioteca Visconde de Porto Seguro não condiz com o discurso público sintetizado na afirmação de Milanese (1986, p. 15): “É difícil para qualquer cidadão considerar publicamente a biblioteca como uma instituição supérflua [...]”.

Quando ocorre tal fato, a tendência é que, na esfera pública, seja silenciado, não é algo a ser alardeado, não deve encontrar dizibilidade. Tal fato pode explicar a existência de poucas menções ao desfecho de sua fugaz história em obras que relatam os anos iniciais da cidade, ignorando-se o despejo de seu acervo.

Raras e restritas referências, ao longo dos últimos anos a cerca da biblioteca sugerem um processo de enquadramento da memória. De acordo com Pollak (1989, p. 5):

Está claro, portanto, que a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, eu gostaria de introduzir o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Vale dizer: há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores.

O fato foi registrado em jornais de outros Estados, mas a imprensa local no período não documentou o despejo. Tal omissão propicia uma desinformação e o estabelecimento de equívocos. A formação e organização dos discursos omitindo acontecimentos produz o silenciamento e conduz ao esquecimento, visto que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1992, p. 201).

Analisar o contexto em que ocorreu a finalização repentina da biblioteca Visconde de Porto Seguro remete a transição governamental entre a saída de Juscelino Kubitschek da Presidência da República e a posse de Jânio Quadros: um quadro de acirrada luta político partidária, entre mudancistas e antimudancistas da nova capital. No início de uma nova gestão, como é usual na administração pública brasileira, ocorre uma troca de cargos, os aliados e indicados também assumem postos. Neste processo, a memória da realização de alguma benesse para a sociedade é retalhada ou simplesmente enquadrada politicamente.

Neste sentido, Pollak (1992, p. 205) destaca: “A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõe grupos políticos diversos”.

O discurso de valorização positiva considera a instituição memória um símbolo de *status*, prestígio. A força de seu poder simbólico, porém, muitas vezes, solidifica-se apenas na fala, como afirma Milanese (2003, p. 24):

Raramente se imprecisa contra as bibliotecas sem que se corra o risco de ser lançado na esfera da ignorância dos insensíveis. Isso não quer dizer que elas ocupem um lugar destacado nos programas de educação e cultura elaborados pelos administradores públicos.

Eis aí um dos paradoxos nacionais: as bibliotecas são colocadas à margem, mas não se ousa diminuí-las, pois estão no rol das ancestralidades que nos elevam da planura de um cotidiano pobre e simplório para os espaços enciclopédicos da gramática e literatura povoados pelos seres cultos e admiráveis, quase sempre olímpicos e respeitabilíssimos. É, pois, a biblioteca uma entidade tradicional e que, de forma alguma, é estranha às vidas das cidades. Apesar disso, pertence à categoria das instituições passíveis de descarte ao primeiro sinal de crise. Raramente constam dos orçamentos municipais, vivem de esmolas, não se atualizam e dispõem de acervo quase sempre incompatível com a necessidade do público.

O próprio desenrolar da história da formação das bibliotecas públicas demonstra que a teoria na prática é outra: afinal, não há situação mais emblemática do que a vivenciada na capital do país onde a biblioteca prevista no plano urbanístico só se materializou um longo tempo depois.

Resultante de uma decisão política, “um administrador público decide investir recursos numa grande obra cultural, arquitetura avançada, serviços modernos, contemporaneidade” e “a inauguração, sempre solene, é geralmente programada para os últimos dias da gestão administrativa, mesmo que a obra não esteja concluída” (MILANESI, 2003, p. 60). Situação comum nas cidades brasileiras onde a monumentalidade do prédio é mais importante do que o estudo preliminar das atribuições do novo espaço cultural, ou seja, o planejamento da caracterização do público a ser atendido e dos serviços oferecidos.

Uma análise retrospectiva indica que mesmo sendo precedida de um planejamento arquitetônico, a plena concretização de seu projeto pode resultar em uma espera de décadas.

## Conclusão

A criação de uma biblioteca pública em Brasília precedeu a inauguração da cidade, ocupando espaços adaptados e precários, com acervos desatualizados, escassez de verbas para manutenção, e permeada de ações que envolviam, quase sempre, a insistência e o esforço daqueles que realmente tem conhecimento do valor deste espaço de aquisição do saber.

Ao erguer-se uma biblioteca pública, logicamente o apoio estatal vem a reboque na maior parte das ocasiões, uma vez que o incentivo de parcerias público-privadas se faz ínfimo ou nulo para a formação de todos os requisitos de uma biblioteca.

Historicamente, se mesmo a biblioteca monumental e inscrita no projeto urbanístico da capital só concretiza-se muito tempo depois da fundação da cidade – parcialmente – percebesse que o valor da memória das bibliotecas anteriormente

existentes, sobretudo da pioneira e extinta biblioteca Visconde de Porto Seguro, ainda é algo a ser trabalhado e discutido na cultural local.

Também a destinação de locais que serviriam para a prestação de outros serviços artísticos e/ou corriqueiros da esfera estatal (água, luz, telefone, entre outros), a insuficiência de recursos financeiros e de pessoal especializado deixam evidente a bagunça e desorganização no tratamento da questão da formação das bibliotecas na localidade em análise.

Faz-se importante destacar que o retardo e a falta de ação do Estado na criação e gestão de bibliotecas públicas desde a fundação de Brasília evidencia a carência existente na formação de uma tradição local – que deveria instigar a memória e valorização da história educacional e cultural como um todo.

Aspectos como a baixa escolaridade ainda latente de maior parte da população, a legislação relativa ao tema analisado (e não são poucas), a acomodação dos bibliotecários por certo período, e as prioridades “desviadas” para outras áreas afins ou não tão afins assim, resplandeceram na singular e quase inacessível história da formação das bibliotecas hoje existentes na capital federal.

Em verdade, as bibliotecas públicas “resistentes” às políticas inócuas e à falta constante de verba governamental foram produto de ações pontuais, inclusive a biblioteca Visconde de Porto Seguro – uma vez que se observa como algo inacreditável que, em uma cidade planejada, com a constante chegada de candangos e funcionários públicos, não se tenha planejado e fundamentado prontamente um espaço de leitura, estudo e lazer para aqueles que viviam em meio ao cerrado virgem.

A História evidencia que o discurso e os ditames do Estado desencontram-se com a prática exposta na precariedade da manutenção das bibliotecas sob sua tutela. A inexistência de políticas públicas que, teoricamente, deveriam assegurar os recursos financeiros, o quadro de funcionários especializados e outros aspectos, parecem ser acontecimentos prevaletentes na história das bibliotecas brasileiras.

De fato, é importante ressaltar que tal espaço tem-se constituído nos dias atuais via parcerias público-privadas. Existe a vontade política de construir espaços de saber (afinal, sempre existiu), mas que devido à cultura errônea existente no Brasil por mais de quinhentos anos, de deixar as coisas para o último momento e de, conseqüentemente, adaptar as situações existentes, a presença de parceiros da sociedade e de organizações voltadas para a educação, a cultura e a arte é sempre bem vinda e só enriquece a história deste preciso e valioso espaço criado pela humanidade há muito tempo.

E ainda, vale destacar que quando a biblioteca, de modo geral, permitir melhores condições para a formação de leitores, ela estará permitindo o usufruto do patrimônio cultural da humanidade, desencadeando um processo educacional-social transformador. ■

## Notas

<sup>1</sup> Remuneração em dobro do salário dos funcionários públicos a fim de atraí-los para a nova capital.



## Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Célia Maria. **Biblioteca de Brasília**. Brasília, 2002.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p.29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1257/970>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- BIBLIOTECA amplia a frequência com novidades para a comunidade. **Correio Braziliense**, 19 de março de 1990. Caderno Cidade.
- BIBLIOTECA POPULAR DE BRASÍLIA. In: **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1959b.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 213, de 05 de novembro de 1962**.
- \_\_\_\_\_. **Lei n. 4.545, de 10 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L4545.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L4545.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- DUARTE, Maria de Souza. **A educação pela arte**: o caso Brasília. Brasília Thesaurus, 1983.
- ESCOLAR SOBRIÑO, Hipólito. **Desarrollo de las bibliotecas publicas em el Brasil**: creacion de UNESCO. 1969.
- FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. Biblioteca. Memorando n. 09, de 17 de abril de 1986.
- GARCEZ, Lucilia. **Memória viva**: Biblioteca Demonstrativa de Brasília – 30 anos. Brasília: Biblioteca Demonstrativa de Brasília, 2000.
- HJORLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information and Technology**, v. 69, n. 8, p. 1519-1563, ago. 2009. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/227828075\\_Concept\\_Theory](https://www.researchgate.net/publication/227828075_Concept_Theory)>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Administração Pública no Brasil**: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo, Annablume: FAPESP, 2000.
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleção. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- MACHADO, Elisa; ELIAS JUNIOR, Alberto; ACHILLES, Daniele; A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. esp., p.115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/10.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- MARTINS, Ana Amélia Lage; REIS, Alcenir Soares dos. Sobre a migração dos conceitos: uma discussão necessária. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14., 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/393/240>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- MAYOCK, Rick. Tapando buracos metafísicos: Os Beatles, Nietzsche e o problema da incompletude. In: BAUR, Michel; BAUR, Steve. **Os Beatles e a Filosofia – “nada que você pense que não pode ser pensado”**. São Paulo: Madras, 2007.
- MEDEIROS, Ana Ligia. Bibliotecas e cidadania. **Sinais Sociais**, v. 4, n. 13, p. 10-45, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://rubi.casarui-barbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/682/1/MEDEIROS%2C%20A.%20OL.%20-%20Biblioteca%20e%20cidadania%20-%20Sinais%20sociais.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. São Paulo: Ateliê, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Ordenar para desordenar**: centro de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) –Curso de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- PERUCCHI, Valmira. A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma – Santa Catarina. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, FLORIANÓPOLIS, v. 4, n. 4, p. 0-97, 1999. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/341/404>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 10, p. 200212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

- RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 18, n. 36, p. 157-180, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2013v18n36p157/24518>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- REZENDE, Humberto. Salas históricas: escola mais antiga de Brasília, ainda em funcionamento, foi fundada há 43 anos e fica na Vila Planalto. **Correio Braziliense**, 201. Disponível em <<http://www2.correioweb.com.br/hotsitesbsb40anos/21042000/pagina7.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- SILVA, Ernesto. **História de Brasília**: um sonho, uma esperança. 4. ed. Brasília: Linha Gráfica, 1999.
- SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio histórica. **Inf. & Soc.**: Est., João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740/5597>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- SOUZA, Ana Maria da C. **Histórico. BDB, 2006 – versão simplificada**. Brasília, 2006.
- TARAPANOFF, Kira. Aspectos da demanda e oferta no mercado da informação em Brasília. In: **Boletim ABDF**, Nova Série, Brasília, v. 8, n. 3, p. 196-212, jul./set., 1985.